

Mesa 1

O problema da documentação para a História da Educação Matemática: localização, acesso, organização, manutenção e utilização de documentos históricos

Lucia Maria Aversa Villela
Universidade Severino Sombra

1. Uma história da historiografia

Como qualquer pesquisador, o historiador também tem que se apoiar em teóricos que fundamentem sua ação e essas visões, como em qualquer ciência, se alteram à medida que novas reflexões se fazem presentes.

Há ainda quem se apoie em bases mais descritivas, entendendo o papel do historiador como aquele que percebe e recupera achados históricos, e, numa narrativa considerada isenta de possíveis posturas tendenciosas, desconhecimentos ou imprecisões, mostra-a ao público como sendo única, uma vez que nessa concepção o conhecimento se explica por si mesmo. Mas, de há muito, há quem não compactue com essa proposta.

Lendo o mundo que os cercava e enquanto historiadores, a partir da segunda década do século XX, Bloch e Febvre trouxeram mudanças à pesquisa histórica. Pelo menos para este grupo, a história-relato deixou de existir e, à medida que suas ideias foram comungando com a de outros pesquisadores fora da França, a história passou a ser vista como a ciência “dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55), ou, em outras palavras, “da evolução das sociedades humanas” (LE GOFF, 2005, p. 16). Da história política, pautada na escola metódica, chegou-se à “história-problema” da escola da *Annales*, onde o pesquisador partiria de hipóteses “abertas”, a partir das quais iniciaria no presente a sua procura pessoal ao passado. Sem que se abrisse mão da cientificidade, pois havia rigor e critérios a serem aplicados, o fazer histórico deixou de ser impessoal e passou-se à visão de que, dependendo das escolhas dos documentos, das perguntas que se lhes faça e, portanto, do olhar do pesquisador, estes assumem o caráter de fontes e a partir daí são produzidas histórias, abandonando-se a pretensão de existir *a história*. Caberá então ao historiador fazer com que a sua produção seja tomada como a versão dominante, a partir da cientificidade de sua pesquisa e na dialética com seus pares da academia. Mas esta dominância não é eterna e, tão logo seja produzida uma outra história que se lhe acrescente outros olhares — pois possivelmente outras fontes foram selecionadas sobre o mesmo fato —, se validada pelos historiadores, esta nova história ganhará o espaço na comunidade científica.

Nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, Fernand Braudel acrescentou ideias a este fazer história. Braudel “torn[ou] seus leitores conscientes da importância do espaço na história” (BURKE, 1997, p. 54) e fez com que os historiadores percebessem que a sua concepção de duração era diferente da dos geógrafos. Sua historiografia “combin[ou] um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos” (BURKE, 1997, p. 55). Através da história se teria a visão da globalidade, da síntese dos fenômenos humanos. Fazer história, nestes anos 1950/60, era fazer uma “mistura de demografia, de curvas econômicas e de análise das relações sociais” (DOSSE, 2003, p. 153). A pesquisa histórica passou a abarcar temas regionais e houve um questionamento maior sobre o tempo histórico, privilegiando-se as pesquisas de longa duração.

Os anos 1960 também trouxeram em seu bojo a efervescência do estruturalismo, que “define-se por seu anti-historicismo e encontrou no etnólogo Claude Lévi-Strauss um líder que concentrava o ataque contra a história” (DOSSE, 2003, p. 159) e, mais uma vez, o historiador viveu um clima de medição de forças no currículo: “Em 1960, a etnologia e a história, que tanto se aproximaram, estavam em competição para captar a atenção do público” (LÉVI-STRAUSS apud ERIBON apud DAIX, 1999, p. 431).

Na história da historiografia, era chegada a hora de as pesquisas contemplarem mais de perto a história social e econômica. Observa-se, neste momento, “uma importante mudança de ênfase, a partir do interesse cada vez maior, tanto dos marxistas quanto dos adeptos dos *Annales*, pela história da cultura” (HUNT, 2001, p. 5-6).

Também foi em 1960 que o jesuíta Michel de Certeau (1925–1986) defendeu sua tese de doutoramento na Sorbonne, embora suas contribuições mais significativas tenham surgido em momentos posteriores. Em essência, retomou a história como uma operação, afirmando que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2008, p. 66). Lembrando que Certeau utiliza a palavra história “no sentido de historiografia” (CERTEAU, 2008, p. 109), considera que “o discurso ‘científico’ que não fala de sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da história” (CERTEAU, 2008, p. 70). Mas ele questiona o significado atribuído à palavra *científica* tanto quando é utilizada nas “ciências humanas” quando nas “ciências exatas”. Opta por utilizá-la para “estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados” (CERTEAU, 2008, p. 109).

“O encontro entre historiadores e antropólogos inspirou algumas das inovações mais significativas da história cultural nas décadas de 70 e 80” (BURKE, 2008, p. 68). Dentre os antropólogos que mais influíram nessa fase, destaco Geertz (1926-2006) e a sua concepção do que é cultura: “O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (GEERTZ, 1989, p. 4). Essa forma de definir cultura implica que as pesquisas que mergulham em tal âmbito refletem interpretações e que, portanto, tais ciências são interpretativas e não experimentais.

Compondo este grupo dos *Annales* imediatamente pós-Braudel há a destacar a significativa e contínua participação de Jacques Le Goff (1924 - ...). O historiador que centrou suas pesquisas sobre a Idade Média, vê a história como a forma científica da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 525). Le Goff vem tendo papel marcante na chamada passagem da história das mentalidades, iniciada na primeira fase dos *Annales*, para uma nova visão da história total ou história global que desde o final dos anos 1980 vem sendo chamada de Nova História Cultural (NHC), com foco na história das práticas.

Ao se tentar entender o que caracteriza a NHC e qual a concepção desta nova forma de trabalhar a pesquisa histórica, é necessário lembrar as contribuições que teóricos como Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu trouxeram a este campo do conhecimento.

Bakhtin (1895-1975), linguista russo, em 1965 produziu *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, onde abordava “a importância da subversão e a penetração da “alta” cultura pela “baixa” [...] e sobre as diferentes vozes que podem ser ouvidas em um texto” (BURKE, 2008, p. 72). Quando esta e outras obras foram traduzidas para o francês e para o inglês, estas ideias passaram logo a ter grande aplicabilidade nas mãos do historiador cultural ao explorar “documentos-ego”, que segundo Burke (2008, p. 72), são os “documentos escritos na primeira pessoa”.

A principal obra do sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) foi escrita em 1939: em *O processo civilizador*, como o próprio título induz, Elias retoma o conceito de civilização, questionando em que moldes este se baseia; analisa costumes, observando o quanto são fugazes, dependendo da espaçotemporalidade em que estão envolvidos, de forma que não se alteram aleatoriamente, mas segundo uma “relação existente entre a dinâmica psicológica (o sentimento de vergonha e repugnância) e a

dinâmica social (explicitada nas noções de refinamento e civilização)” (LANDINI, 2005, p. 2). Os historiadores culturais dos anos 1960 em diante retomam os trabalhos de Elias, pois “acham que sua teoria social e cultural é muito boa como ferramenta de pesquisa” (BURKE, 2008, p. 74).

Michel Foucault (1922-1984) era “fundamentalmente antipositivista” (HUNT, 2006, p. 10) e de sua obra vieram várias contribuições aos novos historiadores culturais. Aliás, é pertinente observar que “ele se definia como “arqueólogo”, porque achava a obra dos historiadores superficial, sendo preciso cavar mais fundo para chegar às estruturas intelectuais” (BURKE, 2008, p. 75). O cerne dos estudos deste “filósofo que se tornou historiador, depois historiador das ideias que se tornou historiador social” (BURKE, 2008, p. 74) foi exatamente o que gerou o título da cadeira que ocupou durante os quatorze últimos anos de sua vida no Collège de France: História dos Sistemas de Pensamento. “Na aula inaugural, A Ordem do Discurso (1971), [...] Foucault definiu seu objetivo como o estudo do controle do pensamento, incluindo os modos como certas ideias ou temas são excluídos de um sistema intelectual” (BURKE, 2008, p. 75). Seus trabalhos envolvendo as relações de poder e como estas eram alteradas pelos indivíduos, sobre as construções das descontinuidades culturais, as análises dos discursos coletivos (mais do que dos individuais) em uma época e das (micro) práticas foram mote de posteriores aprofundamentos para a NHC.

Com Pierre Bourdieu (1930-2002), “filósofo que se transformou em antropólogo e sociólogo” (BURKE, 2008, p. 76), os historiadores da NHC passaram a se preocupar com “o conceito de “campo”, a teoria da prática, a ideia de reprodução cultural e a noção de “distinção” ” (BURKE, 2008, p. 76). Bourdieu pesquisou as formas de interação entre o indivíduo e o social e vice-versa, bem como buscou compreender os mecanismos da reprodução social (as “estratégias”) que fomentam a dominação.

Sem dúvida, esta interdisciplinaridade que existiu nas décadas de 1980/90 acelerou a chamada quarta geração dos *Annales*: se a NHC pouco acrescentou aos métodos de pesquisa, ao contrário, ampliou em muito os temas. Deste alargamento, nas referidas décadas e mesmo nestes primeiros anos do século XXI, chegou-se a um novo momento de “crise” diante do problema da natureza do discurso do historiador, uma vez que “a historiografia (isto é, “história” e “escrita”) leva inscrita em seu próprio nome o paradoxo – e quase o oxímoro – de dois termos antinômicos: o real e o discurso” (CERTEAU apud CHARTIER, 2007, p. 25). Oxímoro é uma figura de linguagem que reúne de forma harmônica dois conceitos opostos, surgindo uma expressão que se

constitui em um terceiro conceito, cuja significação dependerá do leitor. Exemplos: silêncio eloquente, ilustre desconhecido.

Mas Chartier continua, afirmando que:

[...] a história como escritura desdobrada tem então a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está em um discurso no presente, mostrar as competências do historiador, dono das fontes, e convencer o leitor: “Vista deste ângulo, a escrita desdobrada do discurso funciona como uma máquina que obtém da citação uma verossimilhança para o relato e uma convalidação do saber; produz, pois, a confiabilidade” [citando Certeau, em A escrita da história, 1995: 110] [...] Para ele [Certeau] a história é um discurso que produz enunciados “científicos”, caso se defina como este termo “a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” operações proporcionadas à produção de objetos determinados” [idem]. Todas as palavras desta citação são importantes: “produção de objetos determinados remete à construção do objeto histórico pelo historiador, já que o passado nunca é um objeto que já está ali; “operações” designam as práticas próprias da tarefa do historiador (recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas de análises específicas, construção de hipóteses, procedimentos de verificação); “regras” e “controles inscrevem a história em um regime de saber compartilhado, definido por critérios de prova dotados de uma validade universal (CHARTIER, 2007, p. 27-28).

Lembro que na citação acima, a numeração de páginas aqui colocada por Chartier com relação à obra de Certeau refere-se à da edição espanhola. Em Certeau (2008) corresponde à página 101.

Esta validade universal remete à legitimidade acadêmica que respalda quem tem o direito de se intitular como historiador. Profissionais que hoje, mais do que nunca, “sabem que o conhecimento que produzem não é mais do que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado” (CHARTIER, 2007, p. 34). O que vai diferenciar a sua produção, por exemplo, de uma obra literária ou um filme épico será como trabalhará com as representações destes rastros do passado.

Das concepções aqui elencadas e qualquer que seja a que pautemos as nossas pesquisas, como amearhar os vestígios do passado?

2. À procura dos vestígios do passado

Nós que aqui estamos temos muito a contar sobre as venturas e desventuras vividas ao longo de nossas investigações. Amealhar rastros do passado para uma pesquisa de natureza histórica, em qualquer área do conhecimento, é uma tarefa que exige determinação, astúcia detetivesca e paciência. Todos nós enfrentamos, aqui e ali,

problemas de localizar e acessar dados. Por exemplo, há dezoito meses não conseguimos entrar em uma determinada instituição que tem a salvaguarda de materiais indispensáveis a um projeto com que nos envolvemos! Por outro lado, se ocupei meses levantando os livros, edições, quantitativos de tiragem, valores recebidos por autores e gastos com as publicações que envolviam Matemática pela Companhia Editora Nacional no período de 1964 até 1980, creio ser um desperdício para o campo de pesquisa que tal banco de dados apenas conste na íntegra em um CD, anexo à minha tese... Penso que o tamanho das dificuldades que temos ao coletar dados históricos é, em parte, proporcional à desarticulação que existe entre nossos grupos de pesquisa, até porque é um campo relativamente novo e que está se organizando.

3. Considerações finais

Esse é o nosso I Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática e, em suma, o cerne de minha participação nessa mesa, além de relatar minhas vitórias e agruras em relação ao tema aqui sinalizado, é propor de início uma maior articulação entre todos nós, seja via *homepage* de nossos próprios grupos de pesquisa, ou via um fórum que criássemos em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Como sonhos são para serem sonhados e são passíveis de realização, na verdade almejo que iniciemos uma articulação que gere uma Rede Emmanuelle abasileirada, à moda do que Alain Choppin conseguiu desenvolver na França a partir de 1980, no Departamento de História da Educação do INRP.

4. Referências

BLOCH, March. Apologia da história ou o ofício de historiador. Prefácio Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schawarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989):** a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2ª ed. Revisto e ampliado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel – 2ª ed., 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. **La historia o la lectura del tiempo**. Tradução de Margarita Pólo. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

DAIX, P. **Fernand Braudel**: uma biografia. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DOSSE, F. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos; revisão técnica de José Leonardo do Nascimento. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 215 p.

HUNT, L. Apresentação: história, cultura e texto. In HUNT, L. (org.). **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1-29.

LANDINI, T. S. A sociologia processual de Norbert Elias. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização**, 2005, Ponta Grossa - Paraná. Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2005. Disponível em [http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos](http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/mesa_debates/art27.pdf)

/mesa_debates/art27.pdf. Acesso em 20/4/2009.

LE GOFF, J. Documento/ Monumento. In **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed, 1ª reimpressão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525-541.

_____. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed.; Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.